

Escrever história entre gregos e romanos: entrevista com Breno Battistin Sebastiani

*Writing history among the Greeks and Romans: interview with
Breno Battistin Sebastiani*

Breno Battistin Sebastiani*

Breno Battistin Sebastiani é professor de Língua e Literatura Grega da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 (CNPq). Livre-docente pela referida instituição, Sebastiani atua também como pesquisador em instituições europeias, como a Universidade de Coimbra e a Universidad Complutense de Madrid. Historiador de formação, Sebastiani dedica-se a estudos concernentes à historiografia greco-latina desde o mestrado e o doutorado em História Social, na USP, dentre os quais enumeram-se trabalhos acerca dos fenômenos migratórios na Antiguidade a partir da ótica dos historiadores gregos, bem como traduções, em língua portuguesa, de narrativas historiográficas gregas (com destaque para a obra de Políbio). É autor, dentre outros, de *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides* (Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017) e um dos organizadores dos dois volumes da coletânea *Sources et modèles des historiens anciens* (Ausonius Éditions, 2018 e 2021, respectivamente).

1. Moisés Antiqueira: Iniciemos com um questionamento acerca do próprio tema desse dossiê de Romanitas: "historiografia greco-latina". Evidente que se trata de uma generalização, de uma convenção que acaba por aplainar práticas e concepções distintas no que se referia à escrita da história entre gregos e romanos. Afinal, é válido falarmos em "historiografia greco-latina"? Quais seriam, em linhas gerais, as características dessa historiografia produzida em grego e latim no decurso da Antiguidade?

Breno Battistin Sebastiani: Essa questão daria bem mais um livro a respeito. Talvez seja melhor começar com algumas matizações. Por um lado, gregos e romanos mal sabiam que eram "gregos" e "romanos" — os "gregos antigos", por exemplo, só são "gregos antigos" para nós — e não é raro encontrar autores ditos "romanos", porém escrevendo em grego. Por outro lado, há, sim, um critério válido *para nós, hoje*, e cujo fundamento

* Entrevista concedida a Moisés Antiqueira em 8 de fevereiro de 2023.

radica em preocupações didáticas. Os conceitos de “historiografia grega” ou “historiografia latina” não surgiram *out of the blue*. O critério é a língua, latim ou grego, como requisito-base de cada uma. Tal critério, porém, não implica cidadania ou nacionalidade, como às vezes se poderia supor caso alguém tome como base de comparação autores bem mais recentes. Explico: havia historiadores latinos que escreviam em grego, como foi o caso de Fábio Píctor, o *anallista* republicano que floresceu pouco antes de Políbio. Temos também escritores gregos, originários de regiões de fala grega, mas que escrevem em latim. Provavelmente foi o caso de Amiano Marcelino. Há casos de vários autores gregos (não necessariamente historiadores, como Plutarco) que seguramente liam latim. No outro extremo do espectro, a maioria dos autores latinos que conhecemos, para não dizer todos, liam grego.

Daí que definir a historiografia antiga como um *continuum* implica discutir complexidades que escapam daquilo que as nomenclaturas usuais sugerem à primeira vista. Por um lado, os antigos se viam como “corredores de bastão”, i.e., um inicia o próprio relato a partir do ponto em que um antecessor havia terminado: Heródoto começa a escrever a partir de onde Hecateu parou; Tucídides, a partir de Heródoto; Xenofonte engata em Tucídides, com as *Helênicas*, para ficarmos em três exemplos muito conhecidos. Assim, se atentarmos apenas à cronologia e à temática da guerra, há uma linha de continuidade entre todos eles. Por outro lado, dificilmente poderíamos dizer que cada um deles via a si mesmo como cultor de um mesmo gênero, e a própria obra como um texto que definimos como historiográfico: o que compreendemos hoje por historiografia só em parte era visto pelos antigos como tal. Tucídides, por exemplo, em momento algum menciona Heródoto pelo nome nem sequer utiliza a palavra *historía* para definir o próprio trabalho ou a própria obra — para ficarmos num exemplo eloquente. O nascimento da disciplina acadêmica historiografia é algo moderno, a partir de uma intencional projeção dos antigos em perspectiva. Os antigos pensavam a historiografia como parte de um gênero literário, de um gênero narrativo, algo só em parte semelhante às preocupações que nortearão a criação da disciplina acadêmica do século XVIII para cá.

Em resumo, e para voltar aos termos da pergunta, por um lado o conceito não se encaixa muito bem na Antiguidade. Por outro, ele é bastante útil hoje em dia para que possamos classificar determinados autores antigos com base em semelhanças intra-textuais. Para se estabelecer um tal sistema de classificações, o conceito é bastante claro: há os latinos, de um lado, isto é, autores que escreveram em latim, e os gregos, de outro. E hoje nós, lendo *a posteriori*, olhando já com uma visão pesadamente teleológica, digamos, traçamos linhas de continuidade entre todos esses autores como partícipes de um mesmo gênero, ainda que na Antiguidade eles não necessariamente se vissem como tais.

2. Nas décadas de 1980 e 1990, sob influência de perspectivas desconstrutivistas quanto à escrita da história, ganharam força os estudos que defendem a ideia de que, entre gregos e romanos, a historiografia correspondia a um ramo da literatura. Qual a sua opinião a respeito disso?

R: Essa questão também toca num ponto nevrálgico para quem lida com textos historiográficos antigos. Na Antiguidade é ponto pacífico: a historiografia é um gênero descrito pela retórica e pela poética. Temos na *Poética*, de Aristóteles, os famosos parágrafos 9 e 23, em que ele fala sobre as diferenças entre historiografia e filosofia. Em Quintiliano lemos, no Livro X, uma ampla discussão que remete aos cânones helenísticos dos dez melhores historiadores. Na Antiguidade, a historiografia é uma prática narrativa, um gênero narrativo análogo (não idêntico, evidentemente) à poesia épica: ambas respondem pela grande narrativa e contam, rememoram, preservam algo do passado tentando dar sentido a esse passado. Uma diferença tênue entre as duas, do ponto de vista da retórica, é que a poesia épica não tem necessariamente compromisso com a realidade; a historiografia, por outro lado, lidaria com a verdade, com a realidade, com a empiria – muito embora quando pensamos em Heródoto, por exemplo, essa “realidade” acaba, muitas vezes, se mostrando para lá de problemática. O mesmo pode ser dito sobre Tito Lívio, especificamente sobre os passos em que trata de presságios. Problemas de fronteira entre realidade e ficção não são exclusividade nossa, contemporânea...

Em resumo, para os antigos eu diria que sim: a historiografia como um gênero literário é um dado. Não há um gênero, uma disciplina acadêmica da historiografia como algo especificamente dedicado à investigação do passado, muito embora tal percepção não esteja ausente de todo (veja-se o que teoriza Cícero no livro II do *De oratore*). No entanto, quando a historiografia se consolida como disciplina acadêmica, do final do XVIII para cá, o cenário muda: o passado é consagrado como objeto por excelência da historiografia (diferentemente dos antigos, que não raro escreviam sobre um presente que vivenciaram e/ou vivenciavam, como Tucídides) e aparece o historiador moderno, que vai aos arquivos, pesquisa documentos, e tem um compromisso, um protocolo, ou seja, que exerce o ofício de historiador, como destacava Marc Bloch. O historiador contemporâneo concilia motivações e talentos individuais a diretrizes científicas, porque também se vê como um herdeiro das conquistas do Renascimento ou do Iluminismo. Uma generalização meio grosseira, porém didática, afirmaria que até o Renascimento tínhamos uma historiografia que se poderia chamar de literária, porque fruída e praticada em paralelo com outros gêneros literários. É do Renascimento em diante, no entanto, que a crítica das fontes e a exigência de distinção clara entre ficção e realidade, por exemplo,

se tornam mais incisivas e decisivas. A partir de então a via para a formação de uma disciplina acadêmica está pavimentada, disciplina essa que conhecemos e praticamos até hoje, que é a historiografia, o estudo da história e do trabalho de diversos historiadores. Daí as múltiplas especialidades e — novamente recorrendo-se a uma generalização sumária — a existência de historiadores que estudam problemas históricos e historiadores que estudam historiografia, duas tarefas que não raro se perfazem conjuntamente.

3. *“Biografia” e “história” podem ser tomadas como modalidades empregadas na Grécia e Roma antigas a fim de se escrever sobre o passado. A maneira de se problematizar um indivíduo e suas ações situa-se como um dos fatores a diferenciar ambas as formas discursivas. Porém, em termos mais práticos, no sentido da elaboração de um texto voltado para as experiências do passado, essas distinções se mantinham operantes? Dito de outra maneira, gregos e romanos consideravam tamanha diferenciação como algo efetivo?*

R: Essa é uma ótima questão, e para respondê-la precisamos esboçar o que sabemos sobre os primeiros textos que poderiam ser caracterizados como tal. Em linhas bem gerais, o desenho de personagens, ou a apresentação detalhada de traços de personagens, seja de modo explícito (“fulano era assim e assado”), seja implícito (enunciando apenas ações, por exemplo), é algo que se nota na poesia épica. Já o gênero da biografia como tal e a delimitação de um relato que tem como centro a vida de uma personagem e suas ações, é fruto – salvo maior engano – de criações do finalzinho do século V/início do século IV AEC. É o caso, por exemplo, de Xenofonte e a biografia de Agesilau, ou a própria *Ciropedia* (embora esta seja bem difícil de definir por várias razões, se fictícia ou não etc.): são textos centrados na trajetória de uma pessoa e não necessariamente de uma cronologia (como é o caso do relato histórico). Aristóteles diz, na *Poética*, para voltar àqueles parágrafos famosos (ver resposta anterior), que a diferença entre um historiador e um filósofo ou um poeta é que o historiador se dedica a uma temporalidade única, ao passo que o poeta se dedica a um tema único. Se aprofundarmos a definição, podemos dizer que a biografia se dedica a uma personalidade única, a uma personagem única. Aristóteles usa como exemplo a *Odisseia*, que não é o retrato da vida de Odisseu, mas é o retrato de um momento: a ação una da *Odisseia* é o retorno de Odisseu para casa. Um hipotético biógrafo tomaria outra direção: se quisesse biografar Odisseu, ou qualquer outra personagem, não focaria em uma única ação, mas sim em toda a trajetória dessa personagem, do início ao fim de sua vida.

Há, na Antiguidade, uma relação de complementaridade entre a biografia e a historiografia. Há autores (caso de Teopompo, por exemplo) que vão subordinar a

cronologia dos fatos à biografia de uma personagem. Políbio o acusa de transformar suas *Filípicas* num panegírico a Filipe da Macedônia, ao invés de se concentrar nos problemas propriamente históricos dos anos de seu reinado (360-336 AEC): Teopompo teria subordinado a história da Grécia do período à biografia de Filipe. Teopompo teria, digamos, dilatado o espaço da biografia na original relação de complementaridade que esta mantinha com a história. Em teoria, assim como os historiadores, quando necessário, escreviam biografias de personagens importantes, se detendo um pouco mais sobre determinadas personagens-chave para se compreender determinados eventos (muitos retratos escritos por Tácito são famosos, como os de Agripina e Nero), também os biógrafos – pensemos em Plutarco ou em Suetônio –, quando necessário, relatavam mais detidamente certos eventos para melhor contextualizar determinada personagem. Embora sejam dois gêneros que tratem de personagens do passado ou de cronologias do passado, são tão distintos quanto complementares, e sempre caminham juntos. O que vai diferenciar um do outro é o foco narrativo, ou o objeto focado no relato: quem se dedicava mais à cronologia dos eventos, a uma narração contínua, a uma grande narrativa que dava sentido a uma progressão de eventos, agia como historiador; pelo contrário, quem se centrasse em uma personagem, como biógrafo. Apesar disso, porém, os próprios antigos não fecharam a questão. Não seremos nós a fazê-lo...

4. É sabido que a produção do conhecimento histórico se dá a partir de um conjunto potencialmente inesgotável de fontes. O estudioso da História Antiga, entretanto, se depara com alguns obstáculos: há, por exemplo, períodos mais bem documentados, ao passo que outros se caracterizam por grande escassez documental. Em sua opinião, as narrativas historiográficas greco-latinas se diferenciam de outros tipos de fontes sob quais aspectos? Quais seriam as dimensões da experiência social vivenciada por mulheres e homens na Antiguidade grega e romana que o pesquisador contemporâneo pode problematizar, de modo privilegiado, mediante a análise de fontes historiográficas escritas em grego e em latim?

R: Em primeiro lugar, o fato de haver muitas ou poucas fontes sobre um período ou um objeto não necessariamente tem a ver com a qualidade do relato ou do conhecimento do passado que podemos derivar por meio de tais fontes. Podemos hipoteticamente dispor de muitas fontes que dizem basicamente a mesma coisa sobre determinado objeto ou, pelo contrário, uma única fonte ultra preciosa para se compreender determinado evento, como é o caso de Tucídides, por exemplo. De relatos coetâneos sobre a Guerra do Peloponeso, só temos a narrativa dele e alguns poucos fragmentos de outros autores. Sem aquela narrativa, contudo, tentemos imaginar o tamanho da lacuna que teríamos sobre esse período, mesmo

levando-se em conta o relato bem posterior de Diodoro. Já outros períodos são ricos em fontes, como é o caso do “século de Augusto”; mas o fato de haver várias fontes não necessariamente nos permite uma janela maior ou menor para essa época. O que temos são várias visões a respeito desse período, não necessariamente uma maior quantidade de dados nem a “história total” do período — seja lá o que isso for.

Por outras palavras, com uma única fonte dispomos de uma única visão; com dez fontes, teremos outras dez visões. Mas isso não nos dá um acesso mais ou menos privilegiado acerca do passado, mas sim a possibilidade de examinar diferentes representações sobre esse passado e, eventualmente, cotejar as possíveis relações de complementaridade existentes entre esses diferentes relatos. Isso se deve ao fato de que, embora o passado continue presente em seus vestígios (o passado nunca desaparece; restos arquitetônicos como o Coliseu e o Pártenon — para ficarmos apenas em exemplos rapidamente notórios — estão entre as maiores provas disso), a experiência ocorrida no passado é irrepetível e não há como ser revivida, não importa o que diga ou almeje uma certa extrema-direita delirante. Ainda que tenhamos cinquenta, cem, mil visões a respeito do mesmo fato, isso não significa que temos acesso direto e imediato a esse fato. Alguma forma de mediação sempre está presente: cada visão é uma mediação. Chame-se de mediação, visão ou janelas, o acesso que temos a determinado período é tudo, ou só, o que temos. Um dado período jamais poderá ser revivido novamente, exceto se algumas teorias de volta no tempo se provarem concretizáveis — e mesmo assim não faltarão problemas de cunho mais filosófico a serem equacionados caso isso venha a ocorrer. Há uma série de pressupostos por trás de uma fonte (uma vez que ela depende de um ponto de vista, de intenções, de escolhas, preferências etc.). Toda fonte deriva de determinada preocupação e exprime visões, habilidades (ou falta delas), opiniões etc. de quem a criou.

Representações sobre um evento são potencialmente infinitas. Mas mesmo que tenhamos à disposição todas as representações possíveis e imagináveis sobre um evento, nada faz desse evento algo repetível. Diante disso, para ficar na segunda parte da pergunta, como problematizar determinadas questões com base nessas fontes? É particularmente difícil problematizar questões envolvendo experiências sociais dos antigos sem antes passar em revista a mediação de cada historiador, biógrafo ou autor que tenha tratado de determinado evento. É sempre necessário questionar por que tal pessoa escreveu o que escreveu, com que intenção, em que contexto, baseado em quais fontes, e ainda se esteve presente, se testemunhou pessoalmente ou se retransmitiu relatos de terceiros, se esses terceiros foram ou não testemunhas ou agentes etc.

Por outras palavras, sem avaliar a qualidade da mediação nem levar em conta uma série de outros problemas correlatos é muito difícil problematizar questões que digam

respeito à Antiguidade. No momento, por exemplo, estou trabalhando com a questão dos migrantes na Antiguidade. Ou, como mencionado na pergunta, as mulheres, os escravos, enfim, “n” grupos sociais na Antiguidade. A principal diferença das fontes historiográficas antigas para as demais, como as arqueológicas, é o fato de serem escritas, de serem uma narrativa. Mas falar sobre grupos sociais na Antiguidade envolve, fundamentalmente, discutir o olhar daqueles que se voltaram para esses grupos. A visão sobre os escravos, produzida por um senhor de escravos, seguramente será diferente da visão sobre os escravos que eventualmente um escravo tenha deixado grafitada num muro, ou em sua lápide, como exemplificam várias pedras tumulares de escravos ou ex-escravos.

A problematização desses grupos não pode ser feita, portanto, sem se passar pelo questionamento do olhar que produziu esse relato, isto é, pelo questionamento da fonte. Uma coisa é o historiador antigo escrevendo sobre migrantes, afirmando que foram “isso” ou “aquilo”; outra coisa, completamente diferente, seria o relato direto feito por esses migrantes quando porventura sejam ou se tornem escritores (como é o caso de vários historiadores antigos que se refugiaram em várias cidades – ou mesmo de Aristóteles, um migrante em Atenas, embora fique em aberto a questão de se ele como tal se reconheceu). Seguramente, a visão do migrante sobre si mesmo é diferente da visão daquele que escreveu sobre ele. O mesmo raciocínio se aplica para mulheres, escravos, para grupos marginalizados e uma série de outras coletividades antigas. Podemos formular questões partindo de nossos conceitos e interesses, mas só por meio da discussão dos conceitos e interesses antigos, além das mediações por eles elaboradas, chegamos a um trabalho que se aproxime cada vez mais daquele mundo. Se deixamos de lado o exame de tais mediações, fica fácil projetar anacronicamente nossos valores sobre aquele mundo e, por consequência, criar distorções não raro tão ingênuas quanto deletérias...

5. Mudemos um pouco o nosso enfoque para reflexões de cunho metodológico. Quais as maiores dificuldades que se observam no tocante ao trabalho de investigação dedicado ao mundo antigo que se pauta fundamentalmente em textos historiográficos?

R: São várias. A primeira, como mencionado na pergunta anterior, diz respeito à própria exiguidade das fontes, em alguns casos. Em segundo lugar, alguns detalhes técnicos: uma coisa fundamental para se lidar com os textos antigos é o domínio das línguas em que foram escritos. Isso é uma barreira enorme, sobretudo para o estudante brasileiro. As lacunas do ensino básico são muito maiores do que imaginamos. Daí que para se persuadir um aluno a trabalhar com textos antigos é preciso superar todo um conjunto de obstáculos. Além disso, muitas vezes as dificuldades têm a ver com questões materiais,

como a da disponibilidade dos livros em que se encontram esses textos. Vamos supor, por exemplo, o caso de um aluno que, mesmo versado em latim, deseja estudar Tito Lívio: qual edição utilizará? Simplesmente recorrer a uma qualquer disponível na internet não é o melhor caminho. É possível encontrar vários *sites* com materiais à disposição; mas onde encontrar uma edição atual, com trabalho de curadoria bem-feito, com notas, comentários e introdução atualizados? Podemos encontrá-la em grandes livrarias ou bibliotecas lá fora (e em algumas também por aqui, evidentemente). Mas se não é possível acessá-las, surge outro problema: a questão financeira. Essas edições não são baratas. E o apoio à pesquisa, apesar das boas notícias trazidas pelo governo Lula, ainda está muito aquém do desejado.

O terceiro ponto diz respeito aos anos que a pessoa tem de dedicar a esse estudo. Não há genialidade nas Ciências Humanas. Na Matemática – o exemplo é tão aleatório quanto impreciso — um estudante genial não precisa, necessariamente, conhecer algo prévio para ser capaz de deduzir uma sequência de um teorema. Pascal teria sido flagrado pelo pai riscando com carvão, no chão de casa, os teoremas de Euclides aos quatro anos de idade, segundo reza a anedota. O pai ali deduziu que estava diante de um gênio, porque a criança, sozinha, com base em um ou dois conceitos fundamentais, começou a deduzir, numa cadeia lógica, algo que requer muitos anos de formação. Ou seja, na Matemática a possibilidade de dedução previsível de uma sequência permite que se prescindia de determinados elementos e, mesmo assim, se possa chegar à solução exata e verificável de um problema. Genialidade é o que permite esse salto, o “pular etapas” para quem consegue ver muito à frente do que a maioria de nós.

Ao se lidar com textos, pelo contrário, isto é, com um mundo que não se conhece, com uma realidade que não é a nossa, esse cenário muda completamente. São precisos vários anos de preparação, formação, leitura e amadurecimento intelectual para se lidar minimamente com tantas questões cuja complexidade via de regra só vislumbramos em parte e progressivamente. É um mergulho num oceano desconhecido. Não há como conhecer um oceano num só dia. É preciso percorrer áreas monstruosamente gigantescas e a diferentes temperaturas para que se domine apenas uma arezinha desse oceano. Portanto, ainda que a palavra seja horrível, pois hoje é empregada para tudo, há a questão do “investimento” de tempo para se lidar com esses materiais.

Tudo isso somado, não é de se estranhar que tanta gente, a priori, deixe o mundo antigo de lado. Não são raros os que por qualquer razão se interessam pela Antiguidade, motivados seja por uma passagem da mitologia, ou por uma música, ou por um livro, mas que via de regra abandonam esse campo de pesquisa quando se deparam com essas tantas dificuldades de saída.

6. Em vários estudos publicados por você nos últimos anos, nota-se uma influência de teorias comuns ao campo da História Intelectual. Ao refletir sobre os “limites da contextualização”, autores como Martin Jay (2011) sustentam que um evento intelectual se abre para o devir, inaugurando o seu próprio futuro a ser realizado, ao invés de restringir-se às condições do pretérito a partir das quais teria sido engendrado. De que forma é possível se servir de perspectivas como essa na lida com as narrativas historiográficas greco-latinas?

R: Creio que dê para começar a sistematizar a resposta com um ponto que talvez lance luz sobre vários outros e diz respeito a uma linha de estudos à qual venho me dedicando nos últimos anos, que são os estudos de recepção. A proposta de Martin Jay, e de autores como Jonas Grethlein (2013), dentre outros, é a de quebrar um pouco o paradigma positivista de aceitação daquilo que vem do passado, de transcrição e comentário do passado. É uma tentativa de identificar e problematizar modos segundo os quais algo do passado foi recebido no presente e que outros horizontes se projetam de, ou por, cada forma de recepção. Por exemplo, uma coisa é a leitura de Tito Lívio; outra coisa é lê-lo a partir dos *Comentários*, de Maquiavel. Outra coisa ainda seria ler Tito Lívio a partir de Maquiavel e de um historiador moderno que tenha estudado ambos.

Assim como os gregos antigos não sabiam que eram “gregos antigos”, para retomar os termos da primeira pergunta, e sim foram transformados em “gregos antigos” por nós, os eventos passados não tinham necessariamente o mesmo significado, no passado, que a eles hoje atribuímos. Tome-se a Estela de Xerxes e a conquista da Grécia. Para os gregos, as Guerras Médicas – e, em particular, a Batalha de Salamina – são um evento decisivo. É um marco divisório de sua história. Para Xerxes, ou para quem produziu aquele documento, não passou de algo que pouco repercutiu entre os persas, um acontecimento no extremo ocidente do Império Persa. Quem, afinal, eram os gregos (?) para os persas? Na melhor das hipóteses, uma província rebelde, palco de algo que deu errado para eles, persas, que contornaram a situação e seguiram adiante. Isso para nem falar que as percepções de distintos autores do século XIX sobre o significado de Salamina são bem diferentes das nossas hoje, as quais, por sua vez, serão questionadas, transformadas, rediscutidas amanhã, num processo potencialmente infinito.

Algo análogo ocorre quando trabalhamos com recepção e discutimos um evento passado não em função de suas qualidades e componentes intrínsecos (“o que foi”, “quando aconteceu”, “por que aconteceu”), mas dos diferentes significados que ele suscitou para diferentes épocas e pessoas depois que ocorreu. O foco de interesse não está no que antecede o evento e forma cadeias de significado dele para trás, mas sim nas cadeias intelectuais que se pode estabelecer do evento para diante. As perguntas

passam a ser aquelas relacionadas à maneira como o evento é encarado, porque ele foi considerado importante, porque o selecionamos em detrimento de qualquer outro, como esse evento foi recebido por alguém e tomado como ponto de partida para outras reflexões. Por exemplo, ao escrever os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, por que Maquiavel escolheu a “Primeira Década”? Por que ele escolheu aqueles temas em específico? Por que ele escolheu Tito Lívio e não outro autor antigo? Quais, enfim, os diversos interesses de Maquiavel para escrever e, sobretudo, quais novos interesses a leitura de seu texto é ou foi capaz de despertar em cada época? Tais perguntas formam a base para se começar a discutir como um texto, seja antigo, seja moderno, foi lido por determinadas pessoas, com quais intenções e que novas perspectivas tais leituras abriram para contemporâneos e pósteros.

Tais estudos põem em questão os motivos pelos quais nos voltamos para o passado e que sentidos atribuímos a esse exercício. São perguntas que nos colocam em um divã permanente. Obrigam-nos a uma autorreflexão potencialmente infinita. Temos muitas formas de recepção, que implicam “n” formas de se proceder. Um crítico vitoriano afirmava, por exemplo, que os grandes herdeiros de Michelangelo, escultor e pintor, não foram escultores e pintores, mas sim poetas como William Blake, que criaram imagens tão perturbadoras, por escrito, quanto aquelas visuais de Michelangelo. Temos aí uma espécie de recepção oblíqua e indireta em dois graus: alguém como Blake precisava ter conhecido Michelangelo para escrever o que escreveu e, em segundo lugar, as diferentes artes plásticas em jogo: escultura e pintura, de um lado, e poesia, de outro.

Nenhum evento é estanque. Assim como o historiador se utiliza de um caco de cerâmica como prova documental, isto é, um artefato arqueológico como uma parte documental de uma narrativa, do mesmo modo um intelectual, um poeta, um filósofo se utilizam de outras fontes para produzir a própria obra. Todos têm sempre como pano de fundo uma grande questão com vários desdobramentos: por que fazemos o que fazemos? E, igualmente, com que intenção o fazemos? Quais sentidos somos capazes de atribuir a isso que fazemos? É no durante, e não nos “finalmente”, que talvez resida o prazer e a finalidade de nosso ofício. Embora os historiadores, com raras exceções, escrevam nos pontos de chegada, nos “finalmente”, e não no durante (são poucos os que escreveram no calor dos acontecimentos, como Tucídides, ainda que isso seja algo para lá de questionável no caso dele), hoje em dia parte do nosso ofício é compreender sobretudo esse durante eterno em que vivemos. Qual seria a finalidade de nosso trabalho senão levar pessoas a pensar sobre a própria existência, a não se contentar com *fake news*, a questionar as intenções de quem fala e do que fala etc.?

Tudo isso nos leva também aos “limites da contextualização”. Essa é uma questão bem delicada, pois tentativas de contextualização não raro flertam com falácias. Assim como um monte de tijolos não faz uma casa, um monte de fatos ajuntados não equivale a atribuir sentido a um acontecimento. Diria que a contextualização é bem-feita quando se assemelha a uma ponte, ao partir de um lugar e levar para outro, atribuindo sentidos pertinentes e interessantes a determinado acontecimento. Arrolar uma série de fatos como se isso fosse sinônimo de explicação implica correr o risco de tentar fazer de uma pilha de tijolos uma casa. Uma casa equivale a um sentido atribuído a um monte de tijolos, que se encontram dispostos em uma ordem conveniente, adequada, que obedece a convenções e regras, e serve a um propósito. O mesmo vale para a contextualização. Assim como uma contextualização *ab ouo* não necessariamente atribui sentido a um acontecimento, o contrário também é verdadeiro: às vezes uma contextualização mínima é tudo o de que precisamos para compreender dado problema histórico. Às vezes um único fato significativo vale mais do que milhares de páginas sobre determinado assunto. Contextualizar é sempre uma somatória orientada de e por escolhas. É sempre uma tentativa mais ou menos bem sucedida... É sempre algum ponto intermediário entre o “cego acontecer sem raízes” e as prescrições enfadonhas e tacanhas do tipo “conhecer o passado para prever o futuro”. Uma boa contextualização, enfim, talvez seja uma tentativa bem sucedida de compreender e, sobretudo, de permitir compreender.

7. Uma condição que se impõe ao estudioso contemporâneo diz respeito ao fato de que, em grande medida, os textos historiográficos greco-latinos foram transmitidos ao longo dos séculos de maneira lacunar (em alguns casos, de modo extremamente fragmentário). Desejo me centrar nesses casos mais extremos, como os agrupados, à guisa de ilustração, em coletâneas como a editada por Timothy Cornell (2014). Como trabalhar com “fragmentos” de textos hoje em dia perdidos e que apenas foram preservados mediante uma tradição indireta?

R: De imediato, gostaria de mencionar dois pontos que me parecem capitais para tal discussão. Primeiro, toda transmissão de textos da Antiguidade que conhecemos é fruto de uma seleção deliberada, seja consciente (“prefiro copiar esse texto e não aquele”), seja porque operada pelo tempo (incêndios, inundações, terremotos, guerras e outros tantos acontecimentos não raro destruíam bibliotecas que porventura guardavam cópias únicas de tal texto, que assim desaparecia por completo).

Por outro lado, há uma segunda questão que sempre me intrigou: qual texto antigo não é um fragmento, em maior ou menor escala? Via de regra entendemos por fragmento uma pequena porção de um texto maior que porventura nos tenha chegado, mas é possível,

também, entender fragmento como algo análogo a vestígio do passado, isto é, como uma pequena porção de textos do passado, frequentemente descontextualizada, que igualmente porventura chegou até nós. Pode-se argumentar que dispomos da totalidade de Homero, de Platão, de Tucídides. Nem por isso, porém, eles deixam de ser fragmentos de algum período passado. No plano estritamente textual, às vezes contrapomos fragmento à narrativa contínua – a ideia de que, se um texto é razoavelmente extenso, logo ele não seria fragmentário. Porém, senti na pele o problema. Quando traduzi Políbio, destaquei, na Introdução, que há três tipos de livros dele que nos chegaram: os ditos completos; os ditos fragmentários, que são aqueles dos quais dispomos de uma linha ou pouco mais — caso, por exemplo, dos Livros XVII e XXXIV, dos quais temos alguns parágrafos a partir de uma tradição indireta; e, por fim, temos aqueles poucos livros que me tiraram o sono, casos dos Livros VI e XII. São suficientemente extensos para serem editados e lidos como livros, porém só existem porque resultantes da justaposição de muitos ditos fragmentos. A dúvida é: são livros “completos” ou “fragmentários”? Sabemos que o Livro VI não se encontra inteiro, mas é constituído, em seu formato atual, pela colação de diversos fragmentos de diferentes procedências e encontrados ao longo dos últimos quatro séculos; no entanto, a quantidade de parágrafos não é tão pequena, como se esperaria de um fragmento no sentido corrente do termo, nem tão grande a ponto de ombrear com os cinco primeiros livros ditos completos...

Diante disso e de muitos outros problemas análogos, a conclusão à que fui levado foi a que se tornou a pergunta inicial: o que, afinal, não é fragmento da Antiguidade? A definição de fragmento depende muito de critérios quantitativos e não raro pressupõe apenas relações entre porções textuais. É claro que, por razões didáticas, tratamos como fragmento textos que não formam uma narrativa ou obra contínua, como, por exemplo, os fragmentos dos pré-socráticos, de historiadores, de poetas líricos. Porém, se olhamos para o passado e percebemos que tudo que nos chegou deriva de filtros prévios, chegamos à conclusão de que estamos diante de um enorme quebra-cabeças sobre uma mesa em que se veem mais espaços vazios do que peças encaixadas. A maioria das peças estão dispersas e não nos dão muitas pistas sobre qual seria o encaixe perfeito.

Para ficar na dimensão didática, portanto – a do fragmento enquanto um pequeno texto, lacunar, que restou de algum autor e se encontra na obra de terceiros ou foi encontrado já mutilado –, o trabalho com um fragmento é, ao mesmo tempo, distinto e similar ao trabalho com textos contínuos. Ele não é distinto se considerarmos que todos os textos são fragmentos, pois todos foram produzidos com determinada intenção, por alguém, em dado contexto etc.; mas, ao mesmo tempo, ele é distinto do trabalho com textos contínuos porque um fragmento, sobretudo se pensarmos em fragmentos de

menor extensão, talvez nos responda menos questões, ou não tão eloquentemente quanto porventura desejaríamos. Mas tentemos imaginar um autor que, além de fragmentário, é lacônico, enigmático, sibilino, como Heráclito, por exemplo. Se não tivéssemos os fragmentos de Heráclito, o que saberíamos sobre ele? Teríamos toda uma produção posterior a respeito dele, mas não teríamos a “voz” dele se manifestando por meio de um texto. Por outro lado, porém, tendo a “voz” dele, de Heráclito, temos o próprio Heráclito? Ou temos fragmentos de vários passados que foram se somando, ou se subtraindo, para forjar o Heráclito de que hoje dispomos? Com isso, voltamos à questão que mencionei anteriormente. Se pensarmos em um exemplo contrário, caso de Platão, que talvez seja o único autor antigo cuja obra tenha sido preservada completa ou quase completa, é possível afirmar que conhecemos melhor Platão do que Sócrates, de quem apenas há escritos a respeito? Ou conhecemos aquilo que Platão quis que a gente conhecesse mediante a própria escrita? Ainda que dispuséssemos de uma máquina do tempo, ou de uma filmagem em tempo real do passado, disporíamos de algo além de uma janela ou visão sobre esse passado? Para voltar nos termos de uma questão anterior, sempre temos de levar em conta o fato de que nosso acesso ao passado é inescapavelmente, para bem e para mal, mediado.

Temos, enfim — para ficar no exemplo — janelas que o próprio Platão deixou sobre sua própria experiência enquanto ser humano que viveu em determinada época. Se alguém disser que “isso é Platão”, responderei que, na verdade, são os textos de Platão, o que ele desejou que conhecêssemos e que, por uma somatória de acontecimentos fortuitos ou nem tanto, chegamos a conhecer. A vida de Platão é outra coisa; um texto só equivale a uma realidade como parte dela. Já os próprios antigos diferenciavam muito bem a retórica por trás de uma frase como “escrevo a guerra x” da crença ingênua de que o texto equivalia, sabe-se lá como, qual um substituto escrito, a essa tal guerra. Pode-se argumentar, tomando outro exemplo, que não temos nada de Sócrates, o que tornaria impossível falar algo sobre ele. Muito pelo contrário, temos outras janelas (do próprio Platão, de Xenofonte, de outros autores fragmentários, caso de Ésquines), isto é, dispomos de outras vozes, ou janelas, ou visões, que nos deixam entrever “n” outros pontos sobre Sócrates. Isso quer dizer que conhecemos tanto de Sócrates quanto de Platão? Não. Conhecemos alguma coisa de Sócrates, assim como conhecemos alguma coisa de Platão. A equação “autor-obra” é válida até certo ponto, mas não é garantia de que o acesso à obra permite conhecer o autor; em sentido contrário, não termos a obra não significa que desconhecamos o autor. De novo, voltamos ao problema das mediações, das intenções, da forma como determinado fenômeno condicionou a seleção e a transmissão de um texto, seja fruto de um projeto consciente ou do acaso. Só temos,

enfim, vestígios, ou fragmentos, do passado, ainda quando, ou sobretudo quando, tais fragmentos estão presentes bem diante de nossos olhos ou ouvidos.

8. Pensando no caso de historiadores antigos, como Tucídides, Políbio, Tito Lívio ou Tácito, cujas narrativas foram transmitidas por meio de uma tradição manuscrita própria (em que pese o estado lacunar da documentação em certos casos), em que medida você considera que o contato com a fortuna crítica construída em torno das obras de autores como esses, do Medievo ao advento da história científica no século XIX, é necessário para que tais historiadores sejam devidamente problematizados no século XXI?

R: Muita tinta já correu sobre essa questão e não tenho lá muita certeza de poder contribuir com algo inédito. Por um lado, todo texto dá razão de si mesmo. Todo texto se autoexplica — até mesmo uma simples oração nominal. Ela foi inserida em um texto porque alguém ali a inseriu com certa intenção. A resposta simples seria que não necessariamente precisamos ter contato com essa fortuna crítica para se examinar ou mesmo compreender dado texto — até porque jamais teremos condições de digerir produções que avançam por entre diversos séculos, além do fato de que uma coisa é o exame de um texto, outra o de sua recepção. São objetos complementares, mas por isso mesmo distintos. Em suma, talvez não seja preciso necessariamente historicizar toda a recepção de um texto — admitindo-se que isso seja factível — para compreendê-lo. O estudioso pode se limitar a algumas questões fundamentais sobre como tal texto lhe chegou e nada além disso.

Nem sempre, porém, a via mais simples é preferível. Se esse mesmo estudioso quiser historicizar a recepção desse mesmo texto, ele tomará contato com outras visões e, por extensão, virá a descobrir novos *insights* e, ao fim e ao cabo, conhecerá esse texto mais amplamente. Conseguirá enxergar não apenas a árvore, mas toda a floresta, digamos. Trago Políbio de novo como exemplo. Políbio, assim como Tito Lívio, são autores muito frequentados por nós, historiadores, mas são lidos também por profissionais do Direito. Não podemos nos esquecer de que muito desses autores foi usado como base para o Direito Romano ou mesmo para nosso Direito Constitucional, por exemplo. Além disso, são lidos por filósofos também. Até pouco tempo atrás, havia toda uma discussão se Políbio foi um historiador que escreveu textos filosóficos ou um filósofo que resolveu escrever história. Hoje em dia ninguém mais volta ao tópico, embora não se o ignore de todo. Problemas de classificação à parte, o fato é que filósofos, advogados e historiadores leem o mesmo texto, mas cada um se foca em determinadas linhas da recepção desse texto que não necessariamente são do interesse dos demais.

Um filósofo que estude teoria política na Antiguidade talvez tenha interesse em fazer pontes entre Platão e Aristóteles com a questão dos ciclos de constituições para entender como são discutidos por Políbio. Um advogado talvez queira observar como Políbio foi lido por Cícero e outros autores mais tardios e usado como fundamento do Direito Romano. Nós, historiadores, talvez estejamos mais interessados em observar como Políbio leu, por exemplo, Tucídides, Heródoto e Xenofonte, e aquilo que ele preservou ou inovou a partir da leitura desses escritores; ou como foi usado por Tito Lívio ou Procópio. Em resumo, cada um desses profissionais estabelece as *suas* linhas de recepção. E, embora elas possam se complementar – eu recomendo veementemente que nós tentemos, na medida do possível, conhecer o maior número de linhas –, o que vai determinar ou não a valia de percorrer esses caminhos é o nosso foco de pesquisa. Ou seja, a definição de se nossa intenção é fazer um estudo sobre a recepção de um autor, ou sobre uma parte ou uma linha dessa recepção, ou se nosso enfoque recai sobre um problema envolvendo especificamente o texto do autor — caso do trabalho do filólogo, por exemplo. Há historiadores que se voltam para a filologia, ou filólogos *stricto sensu*, que se debruçam sobre determinados problemas intrínsecos ao texto (ou que têm relação com a narrativa de um evento, por exemplo) e que prescindem do conhecimento das “n” linhas de recepção daquele texto. Tudo depende do nosso foco. Novamente, me parece se tratar de uma relação de complementaridade entre campos distintos, que podem ser mutuamente benéficos, mas não necessariamente obrigatórios para qualquer estudioso da área.

9. Trago outro assunto à tona. Alguns pesquisadores, no Brasil, argumentam que há, em termos qualitativos, um conhecimento histórico à brasileira no que tange à Antiguidade. Qual é o seu ponto de vista a respeito disso? Mais importante ainda, esse “jeito brasileiro” se faria sentir de que maneira nas pesquisas levadas a cabo em nosso país e que têm a historiografia greco-latina como foco principal de análise?

R: Gosto de ver tais questões por ângulos distintos. De novo, eu diria que é possível dizer que há e que não há. É possível argumentar em favor dos dois lados. Por um lado, pode-se dizer que não há por que, afinal de contas, trabalhamos todos sobre ombros de gigantes. Sejam brasileiros, argentinos, portugueses, senegaleses, enfim, seja de qual nacionalidade formos (e admitindo-se nacionalidade como sinônimo de compartilhamento de uma determinada conjuntura), nós lemos os pares, que temos sempre no horizonte. Nenhum historiador trabalha em sua torre de marfim, sozinho (a não ser em casos extremos, como Cesare Cantù, que escreveu na prisão, ou mesmo Gaetano de Sanctis,

que escreveu em prisão domiciliar – mas mesmo eles tinham conhecimento de uma vasta bibliografia, de memória, embora não tivessem acesso a uma biblioteca).

Ou seja, o historiador sempre dialoga com pares, consciente ou inconscientemente, produzindo algo a partir do que outros fizeram, escrevendo a partir de uma problemática que o incitou e que tem vínculos diretos com outros campos do saber, com o que outros autores já escreveram etc. Todos nós somos como pontos de conexão para os quais vários links se dirigem e outros tantos dali partem incessantemente. Uma problemática só nos solicita na medida em que compreendemos, para retomar a velha ideia de Benedetto Croce, que “toda história é história contemporânea”. Pensamos e escrevemos sempre em função de algum problema que nos incomoda direta e persistentemente; nos voltamos para a história por conta de algum problema que é nosso, contemporâneo, mas cujas raízes se afundam num passado mais ou menos longínquo. Mesmo o pressuposto ingênuo de estudo do passado pelo passado não deixa, como nunca deixou de ser, um problema contemporâneo de quem a ele se dedicou. Ou a ele se dedica...

Assim, se pensarmos que “toda história é história contemporânea” e que somos movidos por interesses tais, no estudo da História Antiga então é possível dizer que sim, que existe uma história “à brasileira” ou, melhor dizendo, uma historiografia brasileira que é motivada por questões contemporâneas que nos fazem voltar para o passado. Novamente, não sei dizer em que medida isso caracterizaria uma historiografia estritamente “brasileira” – tenho certeza de que nossos colegas leem autores ingleses, franceses, argentinos, chilenos, mexicanos, americanos etc. O próprio fato de nos interessarmos pela História Antiga já me parece algo como que importado (o que não significa dizer que não possamos digeri-lo à nossa maneira). Portanto, não sei até que ponto isso caracteriza uma historiografia estritamente “brasileira” ou uma historiografia que, ao fazer História Antiga, tem no horizonte motivações que podem derivar de nossos contextos, que podem derivar do Brasil contemporâneo ou de experiências de nosso passado recente. Depende dos critérios que serão utilizados para definir esse “à brasileira”. Se alguém julgar que escrever no Brasil e dialogando com problemáticas de colegas brasileiros é suficiente para definir uma historiografia à brasileira, não me oponho a essa avaliação. Porém se alguém alegar que, ao lidarmos com autores gregos e latinos não é possível prescindir dos demais, também não me oponho a dizer que não existe uma tal historiografia, ou ao menos não é tão nítida a suposta linha divisória entre ela e as demais formas de historiografia.

No entanto, há uma outra questão de fundo que me foi colocada numa circunstância bem específica. Há poucos anos, na Itália, fui dar uma palestra na Università Cattolica del Sacro Cuore de Milão e, ao final da minha fala, um rapaz me questionou sobre o fato de

nós, brasileiros, falarmos sobre história romana, sobre História Antiga no Brasil, dando a entender que tal tipo de estudo não seria relevante ou cabível para nós. O viés da pergunta era, creio, além de capcioso, eivado de certos preconceitos calcados na pressuposição de que não há relação alguma entre Roma e Brasil, digamos. No momento fiquei algo desconcertado com uma tal pergunta, especialmente por ter sido feita em um ambiente acadêmico, e dei uma resposta algo evasiva, até para evitar de entrar em polêmicas muito mais sérias e necessárias implícitas já na formulação da pergunta, mas para as quais não teria nem tempo nem talvez estamina para debater na ocasião. Olhando em perspectiva, porém, talvez eu respondesse hoje que toda questão humana e humanística pode e deve ser pensada por cada um de nós, e devolveria perguntando quando os historiadores deixaram de tentar estabelecer relações e pontes para compreender, e fazer compreender, as próprias experiências de estar no mundo. Pouco importa se é história de Roma, da Índia, da Grécia, do Brasil, ou mesmo à brasileira, à indiana, à americana. Embora vivamos em um mundo em que a especialização é a regra, não podemos perder de vista que o horizonte que deu origem a essa especialização deriva de preocupações demasiado humanas. Não podemos esquecer que aquilo que chamamos de Ciências Humanas hoje é fruto de um currículo que tinha Filosofia como pedra angular no passado. Se recuarmos um pouco que seja no tempo, nem se encontra a distinção entre Ciências Humanas e outros ramos do conhecimento. Para nem tocar na questão de como, para os antigos, certas fronteiras não faziam o menor sentido quando explicitadas...

Ainda que haja toda essa compartimentação especializada e especializante, cabe perguntar, portanto, se há alguma historiografia que não seja humana. Qual historiografia não toca diretamente em nosso presente? Sem forçar a mão no sentido de dizer que somos todos humanos e, logo, toda história se repete, isto é, sem forçar a mão numa linha tucidideana de que há um elemento humano que se repete etc., eu diria que existe alguma coisa que nos permite nos comunicar, a despeito da barreira do tempo (e deixando de lado qualquer apelo a uma "humanidade", no singular, algo que me parece bem problemático). Há algo que nos permite nos comunicar com o passado, ou com o vizinho, a despeito da barreira do tempo. Como em muitos casos da vida, eu prefiro esmiuçar os problemas, mas não saberia dar uma resposta decisiva à questão. Pelas razões que indiquei anteriormente, não me oponho à ideia de que exista uma historiografia à brasileira, ainda que se possa questionar o que pressupõe essa "à brasileira", no singular, assim como não me oponho àqueles que desejem sustentar que não exista. Seguramente prefiro o debate à certeza.

10. *Você ocupa uma posição distinta entre os antiquistas brasileiros, pois, historiador de formação, atua há quase duas décadas como docente e orientador de pesquisas nas Letras Clássicas. Ao transitar com desenvoltura por ambas as áreas, você avalia que existem diferenças significativas no que se refere às abordagens da História e das Letras Clássicas com relação ao trabalho com as narrativas produzidas pelos historiadores gregos e romanos?*

R: De uma forma bem esquemática, bem redutora mesmo, um historiador se interessa por problemas políticos, econômicos, sociais etc. Já o estudioso de Letras que se dedica a ler textos de historiadores está mais interessado nesses textos propriamente, em questões textuais; em uma palavra, na historiografia. Grosseiramente falando, um historiador lida com a História, com a cronologia, com os fatos, com problemas que uma obra historiográfica menciona, ao passo que um profissional das Letras está mais interessado no texto produzido pelos historiadores e questões correlatas a essa produção, do que nos objetos e problemas que esse texto discute. Tentar isolar uma perspectiva da outra, porém, é mais ou menos como querer ter maçãs sem macieiras. Assim como é impossível se estudar um texto estritamente como texto sem ter de lidar com problemas tais quais de onde ele veio, como nos chegou, por que e por quem foi produzido etc., do mesmo modo estudar somente os fatos sem necessariamente questionar as intenções que levaram alguém a reportá-los de uma maneira e não de outra pode resultar em discussões algo ingênuas, se não mesmo estéreis. Confundir o relato de um historiador antigo com o passado antigo, ignorando as mediações existentes, não é o que um historiador competente faria.

Por outras palavras, o passado é uma coisa, e bem outra um relato produzido sobre ele. Em minha atuação profissional tento sempre transitar pelos dois mundos, digamos, como você apontou. Para os antigos, tais distinções mal eram postas, nem eram tão nítidas, e por extensão talvez nunca tenham sido levadas em conta. Ok, não somos os antigos. Mas precisamos atentar também para o fato de que a clivagem é nossa e remete à formação da instituição universidade contemporânea, à própria criação da universidade. Para os antigos, pensar a história é pensar a escrita da história também; as duas coisas sempre caminharam juntas – a preparação do historiador se dava nos bancos escolares da retórica. Dentre tantas utopias a que almejo, talvez uma delas seja a possibilidade de apreender globalmente fenômenos antigos, de tentar pensar alguma coisa em suas “n” possíveis variantes. Ao invés de demarcar fronteiras, gosto de enxergar complementaridades e interações. Talvez por isso é que, não sei se de fato com desenvoltura, esteja sempre a tentar transitar pelas duas áreas. Ainda quando cursava História, meu interesse sempre foi tão grande pelos textos quanto para os problemas que eles narravam, muito embora, reconheço, a balança sempre tenha pendido para os textos. Gosto mais, enfim, de traduzir Tito Lívio e Políbio do

que discutir problemas por eles narrados, muito embora obviamente uma tarefa jamais se desvincule da outra.

Hoje em dia, entretanto, tenho escrito vários textos motivados por problemas contemporâneos. Embora atuando nas Letras, tenho estudado questões como golpes de Estado, crises políticas, mudanças de regime. Tenho tentado trazer problemas que chamaríamos de “históricos” para um campo que entendido como das Letras originalmente, e discutindo-os como auxílio das considerações dos próprios antigos a respeito. Acho bem complicado se tentar demarcar diferenças temáticas nítidas entre as áreas, mas talvez valha manter só a prudente distinção imposta em função do gigantismo dos objetos de cada uma: nas Letras, nosso foco é lidar com o texto, ainda que lidar com textos não nos impeça de lidar com problemas por eles discutidos. Se eu estivesse na História – embora eu seja historiador de formação, não atuo na área senão em bancas –, o objeto seria outro, e o texto talvez viesse em segundo plano. Nas Humanidades, e em particular nos Estudos Clássicos, em que por vezes dispomos de tão poucas fontes — quando delas dispomos — para diversas questões que gostaríamos de conhecer mais a fundo, a somatória de esforços e a colaboração se me afiguram muito mais importantes do que uma especialização levada a ferro e fogo. Diria mesmo que um mix bem feito de Spinoza e Descartes é imprescindível.

Por fim, gostaria de deixar registrada minha gratidão a você e à equipe da *Romanitas* não apenas pelo convite, que me surpreendeu muito positivamente, mas sobretudo por essa conversa tão agradável sobre temas que nos são tão caros!

Referências

- CORNELL, T. J. (ed.). *The fragments of the Roman historians*. Oxford: Oxford University Press, 2014. 3 v.
- GRETHLEIN, J. *Experience and teleology in ancient historiography: “futures past” from Herodotus to Augustine*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- JAY, M. *Historical explanation and the event: reflections on the limits of contextualization*. *New Literary History*, n. 42, p. 557-571, 2011.